



OS APINAJÉ E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes*

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar considerações iniciais sobre as relações interétnicas estabelecidas entre o Estado brasileiro, durante o regime militar, e as populações indígenas através dos projetos de desenvolvimento econômico. Baseado nos pressupostos da etnohistória procura analisar documentos escritos, bem como a memória social dos Apinajé sobre esse processo. Os Apinajé sofreram o impacto da política de desenvolvimento da Amazônia, idealizada pelos governos militares. A construção da rodovia Transamazônica, e a consequente reorganização fundiária, além do estabelecimento do Programa Grande Carajás, com seu projeto de desenvolvimento voltado para os Apinajé, influenciou nas transformações socioculturais de suas comunidades.

Palavras-chave: Apinajé. ditadura militar. desenvolvimentismo.

Abstract: This article seeks to present initial considerations about research on the interethnic relations established between the Brazilian State during the military regime and the indigenous peoples through the economic development projects. Based on the assumptions of ethnohistory, it seeks to problematize an investigation that analyzes the written documents and the social memory of the apinajé about the processes discussed here. The Apinajé was impacted by the development policy of the Amazon idealized by the military governments. Thus, the construction of the Transamazonian highway, and its consequent land reorganization, and the Grande Carajás Program, with its development project focused on the Apinajé, influenced sociocultural transformations in their communities.

Keywords: Apinajé. military dictatorship. developmentalism

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
Florianópolis, SC, Brasil.
Membro do Laboratório de História Indígena –
LABHIN/UFSC.

Professor do curso de História da Universidade Federal
do Tocantins – UFT/Campus de Porto Nacional
E-mail: marcelogbrasil@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v4e3201725-43



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 25-43 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

Em períodos recentes, a publicização de documentos sobre a política indigenista implementada durante a ditadura militar no Brasil tem revelado os diversos crimes cometidos pelo Estado contra as populações indígenas. Desaparecido por mais de 4 décadas, o relatório Figueiredo expôs as inúmeras atrocidades cometidas pelos agentes estatais e por latifundiários. Este relatório, elaborado a partir de uma investigação sobre a política indigenista realizada a pedido do então ministro do interior Albuquerque Lima, em 1967, contém mais de 7 mil páginas e é fruto de uma investigação que percorreu 130 postos indígenas em todo o país. A partir de relatos orais e documentos, Figueiredo comprovou massacres de comunidades inteiras, assassinatos, torturas, prostituição, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena, além de inoculação intencional de doenças e veneno, entre outros crimes¹. Em maio de 2012, o governo federal instalou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. O relatório final da CNV destina um capítulo especial às violações cometidas contra os povos indígenas, concluindo que mais de 8 mil indígenas foram assassinados durante o período. Apesar da limitação do alcance da investigação realizada, foram demonstrados crimes cometidos contra diversas etnias, como Guarani Kaiowá, Nambikwara, Xetá, Avá-canoeiro, Panará, Parakanã, Yanomami, Waimiri-atroari, Krenak e Aikewara, nas mais diversas regiões e nas mais distintas situações (BRASIL, 2014).

Esses documentos possibilitam observar sob uma nova perspectiva a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e os povos indígenas durante o regime militar. A política indigenista durante esse período esteve pautada por um projeto de desenvolvimento para a Amazônia que teve terríveis consequências para essas populações. Conforme afirma Schwarcz (2015), os indígenas pagaram caro por estarem posicionados entre os militares e a realização do projeto estratégico de ocupação do

¹ Desde de 2014 diversas instituições disponibilizaram o Relatório Figueiredo com seus 30 volumes, entre eles o Museu do Índio. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=]. Último Acesso: 10 de maio de 2017.

território brasileiro. Diversas dessas violações aos direitos dos povos indígenas ocorreram em virtude de projetos ou programas de desenvolvimento econômico implementados durante o período militar.

As referências aos Apinajé nestes relatórios são escassas. No entanto, a política desenvolvimentista dos militares para a Amazônia trouxe consequências diretas às comunidades. Este artigo procura levantar reflexões iniciais sobre as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e o povo indígena Apinajé durante o regime militar, através da implementação de projetos de “desenvolvimento” econômico, buscando refletir sobre os impactos socioculturais destes projetos nas comunidades indígenas.

A partir da segunda metade do século XX, os Apinajé enfrentaram a implantação de projetos econômicos de Estado em seu território. Efetivamente, o processo influenciou as comunidades a partir da introdução de agricultura mecanizada, das restrições ao uso do território tradicional, além de uma maior dependência de produtos industrializados potencializada pela introdução de cantinas nas aldeias.

As questões suscitadas por esta pesquisa surgiram de um envolvimento direto com a comunidade Apinajé². Durante este período, ficaram evidentes os inúmeros problemas causados pela introdução de políticas desenvolvimentistas de governos federais ou estaduais, exacerbando um embate discursivo entre os povos indígenas e o “progresso”. Visto de maneira panorâmica, esse processo remonta ao estabelecimento de uma política indigenista integracionista e de programas de desenvolvimento que negligenciavam os anseios indígenas, e lhes imputava o estigma de serem um empecilho ao “progresso”. O regime militar no Brasil intensificou essa política e influenciou as transformações socioculturais das comunidades Apinajé. Assim, a partir das reflexões metodológicas da etnohistória, é significativo observar as distintas dimensões – “oficial” e indígena – de compreensão dos processos históricos decorrentes da relação de conflito interétnico entre Estado e povos indígenas.

² Durante aproximadamente 5 anos, exerci, junto à Fundação Nacional do Índio, a função de indigenista especializado, trabalhando diretamente com as comunidades Apinajé. Durante esse período, estive envolvido na execução de projetos de monitoramento e vigilância territorial, projetos de etnodesenvolvimento e de fortalecimento cultural; no diálogo interinstitucional e no enfrentamento dos problemas ambientais e territoriais.



2. Conflitos de Historicidade

Ao longo do século XX, diversos estudos antropológicos foram realizados com os Apinajé. Em sua maioria, as pesquisas realizadas entre eles foram etnografias e focaram, principalmente, suas relações de parentesco e cosmologia. O pioneiro foi o etnólogo alemão Curt Nimuendajú, que esteve entre eles nas décadas de 1930 e 1940. Outros importantes estudos etnográficos são os dos antropólogos Roberto da Matta (1976), José da Silva Gonçalves (1981) e Odair Giralдин (2000). Apesar de serem um dos grupos indígenas Jê mais estudados pela antropologia, há poucas pesquisas de caráter eminentemente historiográficas.

O presente artigo se insere dentro de uma visão mais ampla do campo de estudo da história indígena, pautando-se enquanto método interdisciplinar na etnohistória.³ Não obstante, propõe analisar mais profundamente documentos escritos, produzidas nos mais distintos contextos, e elementos da memória social do povo indígena Apinajé sobre os processos históricos aqui problematizados. Destaca-se, assim, a história dessas populações a partir do seu protagonismo e de suas distintas noções de temporalidade.

Houve nas duas últimas décadas um crescimento considerável das pesquisas em história indígena em diversas regiões do Brasil. Como aponta Cavalcante (2011), a partir da década de 1990, a história indígena passou a incorporar a perspectiva interdisciplinar com a problematização de métodos historiográficos e antropológicos. Monteiro (1995) destacou que, naquele momento, os historiadores estavam cada vez mais interessados pelo estudo da temática dos povos indígenas. Os antropólogos também se aventuravam pelos estudos históricos, dando novas dimensões ao passado. No entanto, parecia prevalecer, até aquele momento, o estatuto lançado pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850, de que para os índios não havia história, havia apenas etnografia.

O fenômeno histórico do surgimento do movimento indígena, na década de 1980, e a luta pelo reconhecimento dos direitos originários destes povos no âmbito da elaboração da constituição de 1988 levaram a um redimensionamento do papel dos indígenas na história do Brasil. Colocou-se em xeque a tese de desaparecimento dos

³ 'Para uma síntese do debate em torno do conceito ver: EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; CAVALCANTE, 2011.



povos indígenas e estes passaram a emergir como protagonistas de sua própria história. A partir desse contexto, foram impulsionados os estudos voltados para o reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas e estes constituem-se hoje uma importante fonte de pesquisa para os estudos em história indígena.⁴

Entretanto, os registros escritos possuem especificidades que devem ser consideradas no processo de análise, a partir de uma crítica documental atenta. Mèlia (1997), questionando-se sobre a possibilidade de reconstituir uma etnologia Guarani a partir da documentação colonial, aponta que é preciso comparar textos análogos, analisar as divergências, tentando “desideologizar” as pré-concepções, valorando a maior ou menor autenticidade dos autores, com fins a encontrar as constantes da visão que os documentos escritos possam ter sobre os povos indígenas. (MÈLIA, 1997).

Por outro lado, cabe observar o significado dos projetos de desenvolvimento econômico e de seus impactos socioculturais nas comunidades indígenas através da perspectiva Apinajé⁵. A tentativa de compreensão a partir do protagonismo indígena nos leva a considerar a necessidade de perceber, inicialmente, a perspectiva histórica dos Apinajé, pois tal como aponta Camack (1979), deve ser considerado o estudo da visão que uma sociedade tem sobre seu próprio passado, que leve em consideração a atitude cultural que tem diante da passagem do tempo, as implicações históricas de seus mitos e suas relações rituais. No tocante a esta perspectiva de análise, convém considerar que implicações têm a noção de temporalidade dos Apinajé sobre as mudanças socioculturais decorrentes dos projetos de desenvolvimento, ou, em outro sentido, se as alterações influem na forma como eles se percebem na passagem do tempo histórico.

Contudo, como escrever a história Apinajé a partir de sua perspectiva temporal? Em verdade, a reflexão não é original. O antropólogo Roberto Da Matta, que realizou

⁴ O processo de identificação de limites da área Apinayé traz documentos diversos que datam de princípio da década de 1970 até meados da década de 1990, constituindo-se importante acervo documental sobre o povo Apinajé durante o regime militar. Processo Nº FUNAI.BSB.2029.76 - Identificação da TI Apinayé. 3 volumes.

⁵ A utilização das ferramentas da história oral no estudo das populações indígenas tem sido cada vez mais frequente. Como demonstra Silva e Silva (2010), o número de comunicações sobre a temática indígena nos encontros de história oral tem aumentado na última década. No entanto, “não se verificam debates aprofundados acerca de questões teóricas e metodológicas que envolvem o uso dessas fontes e das aproximações e distanciamentos entre os trabalhos de historiadores e antropólogos.” (Silva; Silva, 2010. p. 36). Para as pesquisas de história indígena que se utilizam de fontes orais surge a necessidade de um olhar mais apurado na leitura e interpretação das narrativas. Cuidados esses que remetem a subjetividade da relação entre pesquisador e pesquisado, entre historiador e sociedade indígena.



pesquisa nos Apinajé na década de 1960, questionou-se sobre que partido haveria de tomar para contar a história dos Apinajé: “tomarei o partido dos cronistas coloniais [...] ou buscarei a “história” dessa região do Brasil Central, quando terei então que reunir em dados de várias fontes (documentos, relatórios, cronistas, jornais, relatos geográficos, etc.) [...]” (DA MATTA, 2010. P. 138). Perguntou-se ainda o autor sobre como seria a “história Apinajé” narrada por eles:

[...]. Essa é a questão crucial enfrentada por todo etnólogo no seu trabalho de campo. A resposta para ela é capaz de transformar todos os historicismos porque os Apinayé têm uma noção de tempo e duração do tempo, mas não tem uma perspectiva histórica. Não ter uma perspectiva histórica significa, inicialmente, não tomar o tempo e sua passagem como uma moldura pela qual se possam ligar todos os acontecimentos. Para um Apinayé adulto, a unidade (ou a continuidade) de sua sociedade e cultura não é dada pela noção de temporalidade segundo a qual certos eventos causam ou conduzem a outros, num processo indefinido e jamais acabado (DA MATTA, 2010, p. 138).

Segundo Da Matta, os Apinajé têm uma noção de tempo que é distinta da linearidade e continuidade do tempo histórico ocidental. O autor ressalta ainda a ideia presente na perspectiva Apinajé de um “presente anterior”, a partir do qual a interação mítica entre o Sol e Lua vai formando o mundo e a humanidade. “Esse ‘presente anterior’, formado por Sol e Lua, é o mesmo ‘presente atual’, pois tudo que eles deixaram ainda é realizado hoje” (DA MATTA, 2010, p. 139). Para Giraldin (2000), a forma como Da Matta conduz a discussão demonstra sua influência da concepção de tempo ocidental, refletida na incorporação que Da Matta fez da noção de sociedades “quentes” e “frias”, teorizadas por Lévi-Strauss. Procurando demonstrar a improcedência da ausência de perspectiva histórica, Giraldin compreende:

[...] que mito e história são formas de consciência social”, e que os mitos devem ser entendidos “como expressões de uma teoria social, através da qual se pode interpretar a sociedade Apinajé, procurando compreender como se interrelacionam os diversos aspectos da sua vida [...] num todo social e cultural (GIRALDIN, 2000, p. 28).

De seu estudo realizado com os Apinajé, Giraldin aponta para as distintas formas com que se apresentam as narrativas históricas Apinajé: *mẽ ȳ iarẽn* (contar); *mẽ tũm iarẽn* (histórias antigas, “que são o que no ocidente convencionou-se chamar de “mitos”). Assim, Giraldin apresenta os mitos de *Mỳȳti* (Sol) e *Mỳw̄r̄ȳre* (Lua) e a história de criação dos *kupẽ* (denominação dos não-indígenas), destacando a distinção

entre a *kupê kêt mē ÿ iarên* (história sem os não-indígenas) e *Ra kupê Kamã mē ÿ iarên* (história com os não-indígenas) (GIRALDIN, 2000. p. 29)

Os Apinajé possuem uma forma particular de conceber as transformações históricas de suas sociedades, que são expressas em seus mitos e seus processos de significação próprios. As formas de se perceberem através da experiência do tempo histórico consistem em dar significado a essa passagem do tempo e a experiência vivida. Assim, pensar os Apinajé a partir de suas “perspectivas históricas” significa redimensionar o regime linear de historicidade cristão-ocidental que é configurado a partir da ideia de “progresso”. Em outras palavras, a situação de relação interétnica estabelecida entre Estado – pensado aqui através de sua matriz institucional e econômica – e os povos indígenas se estabelece através do choque de distintos regimes de historicidade.

O progresso está vinculado ao modo de expansão do sistema capitalista pelas regiões periféricas ao sistema, mas também fundamenta o regime de historicidade ocidental. Observando “expectativa” e “experiência” como categorias históricas adequadas para perceber as formas como as sociedades entendem o tempo histórico, Koselleck (2006) destacou que na modernidade cristã-ocidental o conceito de progresso – definido no século XVIII por Kant – constituiu-se como horizonte de expectativa que incluía o coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo. No choque com o outro, “aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos” (KOSELLECK, 2006. p. 317). Assim, as concepções historiográficas – carregadas pelas noções de linearidade e continuidade do tempo histórico – foram influenciadas pela noção de progresso.

Mas foi na experiência da modernidade, na ascensão do sistema capitalista, que o conceito de progresso adquiriu nova característica ao ser associado à ideia de “desenvolvimento”. Em tempos mais recentes, conforme Viola (2000), esta concepção de desenvolvimento foi entendida de duas distintas formas: como processo histórico de transição a uma economia moderna, industrial e capitalista; e como aumento da



qualidade de vida, da erradicação da pobreza e de melhores indicadores de bem-estar material.⁶

Assim, “entende-se “desenvolvimento” como uma categoria coerente de fenômenos sociais, que deve ser observado em seu processo histórico, mas também como prática discursiva, que constituem elementos da realidade social” (ESCOBAR, 1997, p. 11). Ele diz ainda que é necessário “uma visão de desenvolvimento como invenção, como experiência historicamente singular que não foi nem natural, nem inevitável, senão o produto de processos históricos bem identificáveis” (ESCOBAR, 1997. p.11).

A concepção de “desenvolvimento” se apresenta como carregada de pré-concepções que constituem um filtro pelo qual passa nossa percepção do mundo contemporâneo. O economicismo e o eurocentrismo estão entre as perspectivas que determinam a forma de ver o “desenvolvimento”. O economicismo deriva da “centralidade da teoria econômica neoclássica na configuração das imagens dominantes do desenvolvimento, entre elas a identificação do desenvolvimento como crescimento econômico e como difusão em escala planetária da economia de mercado” (VIOLA, 2000). Já o eurocentrismo opera desde o colonialismo do século XVI como modelo ocidental de sociedade como parâmetro universal para medir o relativo atraso do progresso dos demais povos do planeta. Como o termo “civilização” no século XIX, “desenvolvimento” descreve não só um valor, mas também um marco interpretativo ou problemático por meio do qual conhecemos as regiões empobrecidas do mundo. Dentro deste marco interpretativo, adquire sentido e se faz compreensível uma multidão de observações cotidianas. O “desenvolvimento” é visto como mito originário do sistema capitalista e da modernidade (ESCOBAR, 1997.)

Assim, o regime militar materializou, via Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), a lógica operatória do mito desenvolvimentista do capitalismo. Empreendeu uma política de “integração”, procurando colonizar as regiões tidas como “vazios

⁶ A partir dos anos 1980, houve um aumento de estudos sobre os discursos, as práticas e as consequências sociais das instituições do desenvolvimento. Ocorreu processo de especialização interna no campo da antropologia e observou-se uma maior participação de antropólogos em ONGs e instituições de desenvolvimento. Durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento foi submetido a uma revisão e sendo discutido desde suas diversas perspectivas demonstrando todas as ambiguidades do termo. (VIOLA, 2000)

demográficos” e, portanto, carentes de “desenvolvimento”. A construção de estradas, a ocupação da terra e a inserção marginal da região no sistema capitalista provocaram uma intensificação do conflito interétnico entre a sociedade nacional e o povo indígena Apinajé. Nesse processo, os povos indígenas, detentores de uma perspectiva histórica distinta, enfrentaram os problemas do desenvolvimentismo e foram vistos como um obstáculo ao devir histórico ocidental.

3. Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico

Os Apinajé pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, de família Jê-Timbira (que incluem Apanjekrà, Ramkokamekrà, Gavião Pykobjê, Krikati e Krahô) e ficaram conhecidos como Timbiras Ocidentais, por sua localização em referência ao rio Tocantins. No entanto, distinguem-se linguisticamente dos Timbiras Orientais, possuindo similaridades com os Kayapó setentrionais (NIMUENDAJÚ, 1983). Existem variadas referências à localização histórica de seu território tradicional na área de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, em região conhecida como “bico do papagaio”, no norte do atual Estado do Tocantins. A área caracteriza-se por ser uma zona de transição entre o bioma cerrado e amazônico, apresentando diversos tipos de cerrado nas regiões de “chapada” e de florestas de galeria nas margens dos cursos d’água. Além dessas formações, a região do norte de Tocantins, é coberta por florestas de palmeiras de babaçu, que têm significativa importância na economia extrativista regional.

Os Apinajé possuem longo histórico de contato com a população envolvente. A partir da metade do século XVII, a região da mesopotâmia Araguaia-Tocantins sofreu o avanço da exploração colonial portuguesa, que buscava metais preciosos e realizava expedições de “apresamento” de índios. A presença dos jesuítas também foi significativa e responsável pelo estabelecimento de “repartimentos” de índios. A descoberta de jazidas de ouro no alto Tocantins intensificou a navegação destes rios. Em 1739, como forma de estabelecer controle sobre a navegação do rio Tocantins e coibir o contrabando de metais preciosos, o Capitão-geral da província de Goiás, D. Luiz Mascarenhas ordenou o recrutamento de homens para combater os índios “Pindarés”. Este é, talvez, o primeiro relato escrito sobre Apinajé (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 22).



A resistência dos grupos indígenas foi um desafio à ocupação da região. Já na segunda metade do século XVIII, com declínio da produção aurífera, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins passou a ser incentivada como forma de diversificar a economia da colônia. Diversas expedições foram organizadas com objetivo de verificar a sua navegabilidade.

Por volta de 1850, o norte goiano foi afetado por um afluxo populacional provocado pelas frentes de expansão pastoril, que possibilitaram o surgimento de cidades como Carolina no Maranhão e Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) (VELHO, 2009). O norte da província do Goiás padecia com a estagnação econômica devido ao seu isolamento. Por isso, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins tornou-se um objetivo a ser alcançado. Entretanto, a resistência dos Apinajé, entre outros grupos indígenas, impedia a segurança das embarcações que utilizavam estes rios. Para enfrentar o desafio, o governo provincial instalou ao longo do Araguaia postos militares que tinham o objetivo de combater os indígenas “hostis”. “A partir daí os Apinajé afastaram-se cada vez mais da região do rio Araguaia e aproximaram-se do Tocantins” (NIMUENAJÚ, 1983, p. 23).

A partir da segunda metade do século XX, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o estabelecimento de políticas desenvolvimentistas procurou incentivar a ocupação da Amazônia legal. A construção da rodovia Belém-Brasília proporcionou o surgimento de diversos núcleos populacionais ao longo das margens do rio Tocantins. A partir deste processo, tem início a problemática relação dos Apinajé com os projetos econômicos de Estado que ainda hoje afetam seu território tradicional.

Atualmente, as comunidades indígenas Apinajé estão distribuídas em mais de 40 aldeias, totalizando uma população de aproximadamente 3 mil pessoas. Os Apinajé vivem em território indígena de pouco mais de 140 mil hectares, demarcado em conflituoso processo no ano de 1985. Eles enfrentam ainda os impactos de diversos empreendimentos econômicos que, direta ou indiretamente, incidem sobre seu território tradicional. Reunidos em assembleia da associação indígena Pempxà, em setembro de 2011, as lideranças Apinajé ressaltaram o impacto desses “projetos de desenvolvimento”:

Cada vez mais estamos sendo “encurralados”, cercados e pressionados pelos chamados grandes projetos de “desenvolvimento”, a ganância das grandes empresas transformou nosso território Apinajé na TI mais impactada do



Brasil. São os grandes empreendimentos, construídos de maneira ilegal e sem Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais-EIA-RIMA, exemplos; Ferrovia norte-sul, monoculturas de eucaliptos, asfaltos, linhas de transmissão e hidrelétricas. Depois da construção da UHE Estreito, nosso território vem sofrendo mais invasões de madeireiros, caçadores e pescadores, e até agora as questões da compensação com a FUNAI/CESTE não foram resolvidas. Vivemos preocupados também com as constantes ameaças de construção de mais (02) duas grandes hidrelétricas projetadas aqui na região; Santa Isabel e Serra Quebrada.⁷

É relevante considerar a percepção de que a Terra Indígena se constituiu uma das “mais impactadas do Brasil”. A região de ocupação tradicional Apinajé caracterizou-se por ser uma zona de confluência de projetos econômicos de Estado, chamado de “corredor do desenvolvimento norte-sul”. Localizada a poucos quilômetros da Terra Indígena está a interseção das rodovias Belém-Brasília, transamazônica e ferrovia norte-sul, além da usina hidrelétrica do Estreito, mostrando o quanto é emblemática a pressão dos projetos econômicos sobre o território.

O planejamento e a implantação desses projetos econômicos de Estado fazem parte de diferentes contextos. De alguma forma, os Apinajé tiveram que enfrentar distintos momentos de expansão econômica “desenvolvimentista”. De JK ao PAC⁸, eles passaram toda a segunda metade do século XX, enfrentando as consequências dos “projetos de desenvolvimento”. É significativo o impacto que este processo teve nas mudanças socioculturais e na restrição do uso de seu território tradicional. Para entender as mudanças, é preciso observar a política de ocupação social do espaço e a política de “desenvolvimento” da Amazônia legal idealizada durante o regime militar – via ordenamento fundiário, construção da rodovia Transamazônica e execução do Programa Grande Carajás – e suas consequências para as comunidades Apinajé.

Durante o regime militar, a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas alterou-se substancialmente. O governo militar procurou propiciar um “projeto de desenvolvimento”, voltado para crescimento interno, com incremento das exportações de produtos agrícolas e produtos industrializados. Para isso, subsidiou

⁷ .PEMPXÁ – Associação União das Aldeias Apinajé. *Documento final das II assembleia geral*. 28 de setembro de 2011.

⁸ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha por objetivo “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” Na política energética privilegiou-se a construção de usinas hidrelétricas nas principais bacias hidrográficas brasileira, localizadas principalmente na Amazônia Legal.



política de incentivos fiscais e créditos. Como aponta Garfield, “para os povos indígenas, sob a tutela do governo federal, a centralização do poder de Estado sob o regime autoritário comprometido com o desenvolvimento do interior representava uma nova era” (GARFIELD, 2011, p. 210). A intenção dos militares era promover a industrialização, a modernização agrícola e expandir a infraestrutura com o objetivo de resolver desequilíbrios regionais e garantir a “segurança nacional”.

Em princípios dos anos 70, durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional), que destinou mais de um bilhão de dólares, entre 1971 e 1974, para a construção da rodovia Transamazônica⁹. O PIN tinha como objetivo ainda promover a intensa colonização da Amazônia. A rodovia Transamazônica, conforme comunicado publicado no *Jornal do Brasil* em março de 1970, atravessaria a “Belém-Brasília, na altura de Marabá, às margens do Tocantins (mais precisamente em Estreito no Maranhão a aproximadamente 40 km do território Apinajé) [...]” (Apud: Velho, 2009, p. 139). O comunicado prossegue afirmando que a rodovia “será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização do enorme vazio demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis” (Apud: Velho, 2009, p. 139). Conforme Otávio Velho, a obra foi iniciada em fins de 1970, simultaneamente em diversos trechos, e já em outubro de 1971 já estava sendo entregue ao tráfego. Ele afirma “do outro lado do rio Araguaia, em Goiás, de um ponto situado 8 quilômetros acima de Araguatins abria-se também a ligação com a Belém-Brasília, com a construção de estrada nova e o aproveitamento do ramal que ligava Tocantinópolis à localidade do Estreito” (Apud: VELHO, 2009, p. 139).

O trecho, mencionado acima, atravessou o território de uso permanente dos Apinajé, passando a cerca de 2 quilômetros da aldeia São José, sua comunidade mais populosa. Dada a proximidade com as habitações, pode-se imaginar o impacto da chegada de grandes máquinas abrindo caminho em meio ao cerrado. *Kangrô*, que naquele tempo era vice-cacique da aldeia, contou que a intenção era passar a estrada pelo meio da aldeia, o que foi rechaçado pelos indígenas. Constam informações de que

⁹ Sobre a rodovia Transamazônica e/ou seus impactos aos povos indígenas: VELHO, 2009; GOMEZ, 1972; MENEZES, 2007; SOUZA, 1995.



o cacique pediu aos operários da rodovia que abrissem uma estrada para a aldeia, mas o militar do exército, responsável pela supervisão dos trabalhos, não autorizou a estrada.¹⁰

Nas conversas feitas com *Kangrô* sobre a construção da transamazônica e as mudanças que tiveram que enfrentar com a chegada da rodovia, interconectam-se em suas memórias diversas temporalidades. Entre as histórias “que sua avó contava” e os casos de conflitos mais recentes com os *kupen* (não-índio), destacam-se as distintas dimensões em que operam as relações interétnicas. Mas é significativo que, ao ser perguntado sobre a rodovia transamazônica, ressalte os momentos de conflito.

Logo após sua abertura, a Transamazônica passou a receber um fluxo intenso de carga e de passageiros neste trecho (VELHO, 2009; DODDE, 2012). Antes da construção da rodovia, o único acesso dos Apinajé ao município de Tocantinópolis era por uma picada que ligava a uma estrada rural em direção à cidade. Os Apinajé passaram a utilizar a estrada para vender artesanato e, em alguns casos, dirigiam-se à cidade de Marabá. *Kangrô* conta o episódio em que ele e o cacique pegaram a estrada rumo a Marabá, para trazer de volta algumas indígenas Apinajé que haviam partido com um caminhoneiro.

Uma das consequências diretas da construção da rodovia Transamazônica para os Apinajé foi a restrição do uso de seu território de ocupação permanente. Muitos Apinajé afirmam que os *kupẽ* (não-índio) passaram a utilizar a rodovia como limite do território que poderia ser utilizado pelos índios. Efetivamente, em 1985, quando a área indígena foi demarcada, a Transamazônica serviu de fronteira entre o território indígena e a área destinada ao assentamento fundiário. Em entrevista realizada com o professor Apinajé, Roberto da Matta, que era jovem quando passou a rodovia, o mesmo afirma que “quando a estrada passou os *kupen* começaram [...] aqui agora é terra do índio e isso aqui é nosso” – referindo-se a fronteira estabelecida pela rodovia. E prossegue “[...] e aí cerco tudo, colocaram gado. [...] tava tudo proibido, o índio não entrava lá. ”¹¹. Novamente são os conflitos com os não índios que dão o tom da conversa. Esses conflitos foram intensificados pela ocupação da terra facilitada pela construção da rodovia.

¹⁰ Entrevista realizada com Francisco *Kangrô* Apinagé, na aldeia São José, Terra Indígena Apinayé, em 14 de dezembro de 2015

¹¹ Entrevista realizada com Roberto da Mata Apinagé, na aldeia Patizal, Terra Indígena Apinayé, em 16 de dezembro de 2015.



A política de ocupação e de colonização da Amazônia legal idealizada pelo regime militar pretendia amenizar os conflitos fundiários, por meio da criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) em 1980 (MAGALHÃES, 1990). Ao que tudo indica, quando os militares tomaram conhecimentos de grupos de guerrilheiros na região do sul do Pará¹², passaram a adotar uma política de ocupação e de desenvolvimento que amenizasse focos de tensão social existentes na região. Nesse contexto, a construção da transamazônica e a atuação do GETAT teriam o intuito de resolver os problemas fundiários e garantir a “segurança nacional”. A política significou o apogeu da militarização da questão de terras no Brasil (Martins, 1984, p. 49). A reserva de faixa de terras a oeste da rodovia Transamazônica para colonização, sob a tutela militar, afetou diretamente a área de uso permanente dos Apinajé. Área está de referencial cosmológico, histórico, utilizado para caça e pesca e coleta de plantas de uso ritual e medicinal.

No entanto, a construção de infraestrutura e o reordenamento fundiário do norte goiano estavam associados ainda a um contexto mais amplo de transformações sociais da região amazônica. No ano de 1980, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC)¹³, que consistia em um projeto de desenvolvimento integrado formado por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí, no baixo Tocantins. No entanto, as reservas minerais foram os principais pilares do Programa. Descoberto acidentalmente em 1967, na Serra de Carajás no Pará, o depósito de minério de ferro era, naquele momento, uma das maiores reservas do mundo. Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), criado pelo governo Geisel, deu prioridade aos recursos minerais e à infraestrutura necessária para sua exploração. A empresa era controlada, principalmente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e era financiada, majoritariamente, pelo capital japonês, além de contar

¹² A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro estabelecido na região do rio Araguaia em princípio dos anos de 1970. Criado pelo Partido Comunista do Brasil tinha por objetivo desencadear processo revolucionário socialista. A região de abrangência da guerrilha compreende toda a macro região do *Bico do papagaio*, portanto dentro do território tradicional Apinajé. Os conflitos militares entre exército e guerrilheiros ocorreram principalmente no Estado do Pará, a pouco mais de uma centena de quilômetros das comunidades Apinajé. Aparentemente os Apinajé tiveram pouco envolvimento com o teatro de operações militares. No entanto, considero que este aspecto é um tema que deve ser melhor investigado.

¹³ Algumas referências levantadas sobre o PGC: COTA, 1984; DAVIS, 1977; FERRAZ, e LADEIRA, 1988.; HALL, 1989.; TREECE, 1987.



com subsídios do governo federal. O projeto foi complementado em 1985 com a inauguração da estrada de ferro Carajás, que ligava a mina ao porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão (HALL, 1989.)

A construção da Estrada de Ferro Carajás estabeleceu o programa conhecido como Grande Carajás, que reconhecia impacto sobre diversos territórios indígenas, entre eles o território Apinajé. A assinatura do Convênio entre FUNAI e CVRD, em 1982, previa a disponibilização de US\$ 13,6 milhões para viabilizar a demarcação física do território, bem como para desenvolvimento das comunidades em longo prazo. Estavam incluídos, na área de influência do PGC, 15 diferentes grupos indígenas, totalizando 13 mil indivíduos (TREECE, 1987). As autoridades empresariais relutaram em reconhecer a presença indígena na área de influência do Programa. Devido a recomendações do Banco Mundial, os recursos do PGC tinham como finalidade principal garantir a demarcação das áreas indígenas. Apesar do empenho dos antropólogos contratados para executar o plano, a maior parte do recurso foi destinado para cobrir as próprias deficiências orçamentárias e para manter ou ampliar a infraestrutura da FUNAI. Contudo, devido aos desvios do projeto e à pressão dos antropólogos, o convênio foi suspenso em 1986.

Para os Apinajé, a aplicação do recurso significou a adoção do Projeto de Desenvolvimento voltado para melhorias nas instalações de saúde e educação, pertencentes à FUNAI; aquisição de materiais diversos; instalação de uma cantina para venda de produtos; aquisição de cabeças de gado; e compra de maquinário agrícola pesado para implantação de projeto de monocultura de arroz. Dito de outra forma, os recursos foram utilizados para manutenção da estrutura e execução de ação do órgão indigenista. Cabe analisar as transformações sociais decorrentes da introdução de agricultura mecanizada nas comunidades Apinajé e da venda de mercadorias nas cantinas das aldeias¹⁴.

Durante os anos em que convivi com o povo Apinajé, percebi o quanto eram emblemáticas as marcas do chamado “tempo da Vale”, em referência à empresa que financiava o projeto. Pouco havia sobrado do maquinário agrícola – sucateado ou

¹⁴ O antropólogo César Gordon analisa o processo de incorporação de mercadorias e as relações de consumo entre os Xikrin do Cateté, decorrentes do recebimento de recursos do programa com a CVRD. Dada às devidas proporções, a pesquisa de Gordon aponta possíveis caminhos de reflexão sobre as relações de consumo entre os Apinajé no contexto do programa da CVRD. GORDON, 2006.



vendido, das construções, da cantina ou do gado. Eram fortes, no entanto, as lembranças das roças Apinajé “antes da Vale”, dos tempos “da roça mecanizada” de arroz e dos conflitos entre famílias ou entre aldeias por causa do gado e das máquinas. Todas essas memórias que precisam serem olhadas com mais cuidado.

4 Considerações Finais

A noção de progresso fundamenta a explicação dos fenômenos históricos, hierarquiza as sociedades humanas em virtude de seus “estágios” de desenvolvimento, medidos segundo parâmetros da sociedade hegemônica, que privilegia a perspectiva material dessas sociedades. Dessa forma, legitima uma noção de senso comum que coloca as populações indígenas como sendo um empecilho ao progresso, uma vez que suas sociedades não endossam perspectiva histórica progressista.

A política desenvolvimentista do regime militar para a Amazônia brasileira, exemplificada nesta pesquisa pela construção da rodovia transamazônica, pela política fundiária levada a cabo pelo GETAT e implementação do PGC, interferiu sobre as sociedades indígenas da região. Os conflitos fundiários e a desestruturação de aspectos socioculturais Apinajé foram formas em que se operaram as violações aos direitos indígenas. Os governos militares valeram-se da retórica desenvolvimentista para levar a cabo a estruturação de um plano de desenvolvimento por meio da construção de rodovias (transamazônica) e da exploração de minérios (Carajás). Os discursos desenvolvimentistas incorporam a noção de progresso, que legitima a instalação de empreendimentos econômicos a despeito das populações tradicionais que se encontram nos sertões ‘desabitados’.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos** Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. p. 203-262.

CARMACK, Robert M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.



CAVALCANTE, Thiago. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In: História (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

COTA, Raymundo Garcia: **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis; Vozes, 1984.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAVIS, Shelton H. **Victims of the miracle**: development and the Indians of Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal**: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó / Paula Arrais Moreira Dodde. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, José. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. In: **Prosa Uniderpjun**. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás**: avaliação e perspectiva. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdam, julho de 1988.

GARFIELD, Seth. **Beholding the miracle**: Xavante indians and economic “development” under Brazilian military rule. *The Americas*, v. 57, no. 4, PP. 551-580, abr. 2001.

GIRALDIN, Odair. **Axpên Pyræk**: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje. Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.

GOMEZ, Flávio Alcaraz. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.

GONÇALVES, José da Silva. **A luta pela identidade social**: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional/UFRJ. 1981.

GORDON, César. **Economia selvagem**: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngokre. São Paulo: Editora da UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.



HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado**: a política de ocupação da Amazônia. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, 6 (2), 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: ensaios de Etnohistoria. 4ª Edición Asunción: CADUC: CEPAG, 1997.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília. 25 de maio de 2007.

MONTEIRO, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC: Mari: Unesco, 1995. p. 221-228.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA, 1983.

ROCHA, Raquel Pereira. **O “Tempo do primeiro” e o “tempo de agora”**: transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé/TO. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2012.

ROJAS, José Luis. **La Etnohistoria de América**: los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José. **História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente**. In: História Oral. v. 13. No. 1, p 33-51, jan-jun 2010.

SOUZA, Matilde. **A epopeia da transamazônica**: 90 milhões em ação. Dissertação de mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 1995.

TREECE, David. **Bound in misery and iron**: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil. Londres: Survival Internacional, 1987



VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: Viola, Andreu (Comp.). **Antropología del desarrollo**: Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona, Piados, 2000. pag. 9-64.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 25-43 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593